

DEMOCRACIA, LIBERDADE E DIREITOS HUMANOS: VALORES UNIVERSAIS OU INSTRUMENTOS GEOPOLÍTICOS DE CONTROLE E PODER? UMA PERSPECTIVA DA MÍDIA TRANSREGI- ONAL ÁRABE

Shadia Husseini de Araújo
Universidade de Brasília

Democracia, liberdade e direitos humanos: Valores universais ou instrumentos geopolíticos de controle e poder? Uma perspectiva da mídia transregional árabe (Resumo)

Muito antes do início da Primavera Árabe, a promoção da democracia, da liberdade e dos direitos humanos no Oriente Médio já ocupava um lugar central e fundamentalmente controverso nos debates públicos árabes. Partindo da teoria do discurso e do conceito de “geografias imaginativas”, este trabalho tem como objetivo revelar as diferentes visões sociais e espaciais que surgem atreladas aos conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos nos discursos da mídia impressa transregional árabe publicados entre os anos de 2001 e 2009. Nesse período, diversos projetos internacionais, apoiados sobretudo pelos EUA, bem como muitos projetos locais, tinham como meta promover a democracia e os direitos humanos no Oriente Médio. Os resultados da análise apresentam uma imagem do mundo árabe em uma profunda crise: Os significantes democracia, liberdade e direitos humanos enfeixam variantes seculares e islâmicas aparentemente incompatíveis entre si, assim como ainda podem conotar instrumentos de poderes imperialistas, totalitários ou fundamentalistas presentes nas geografias imaginativas de relações (pós)coloniais entre o mundo árabe e o Ocidente. O que os resultados mostram não é apenas que os projetos para o estabelecimento de estruturas democráticas e para a promoção dos direitos humanos no mundo árabe são vistos como altamente problemáticos (especialmente no caso dos projetos “de fora”), mas que a idéia de democracia, liberdade e direitos humanos como “valores universais” é geralmente questionável. O artigo conclui ao discutir em que medida essa imagem ainda é determinante nos discursos que circularam na imprensa após os acontecimentos da Primavera Árabe.

Palavras-chave: democracia, liberdade, direitos humanos, mundo árabe, pós-colonialismo

Democracy, freedom and human rights: Universal values or geopolitical instruments of control and power? The perspective of Arab transregional mídia (Abstract)

A long time before the outbreak of the Arab spring, the promotion of democracy, freedom, and human rights in the Middle East has been a central and controversially discussed point in Arab public debates. Based on a discourse theoretical approach and the concept of imaginative geographies, this article aims to reveal the different social and spatial constructions connected with ideas of democracy, freedom and human rights, which are articulated in the transregional Arab print media. The period of analysis includes the years 2001 until 2009, since many international projects (supported mainly by the U.S.) as well as local projects to promote democracy and human rights in the Middle East were established during that time. The results of the analysis transmit a picture of the Arab world in a deep crisis: The signifiers democracy, freedom and human rights include seemingly incompatible versions of secular and islamic concepts, as well as connotations such as being instruments of imperialist, totalitarian, or fundamentalist powers, embedded in imaginative geographies of (post)colonial relationships between the Arab world and the West. What these results show is not only that projects to establish democratic structures and to promote human rights in the Arab world, especially in the case of “foreign” projects, are viewed to be highly problematic, but also that the idea of democracy, freedom and human rights as “universal values” is generally questionable. The article concludes with a discussion in how far this picture still determines the post Arab spring discourses.

Keywords: democracy, freedom, human rights, Arab world, postcolonialism

Desejo e medo foram os dois termos utilizados pelo jornalista al-Ḥusayn¹ para descrever, muito antes da Primavera Árabe, os sentimentos com os quais os árabes se confrontam com o tema da democracia. Para o resto do mundo, no entanto, o desejo dos povos árabes de estabelecer uma democracia e de garantir mais liberdade de expressão e respeito aos direitos humanos ficou claro, muito provavelmente, apenas com o início da Primavera Árabe, ao final do ano de 2010. Os manifestantes na Tunísia, no Egito, na Líbia, na Síria, bem como em outros países árabes, protestavam contra os regimes árabes autocráticos, a corrupção, a ausência de liberdade de expressão e a violência policial e militar. Lutava-se por democracia, liberdade e direitos humanos e, com isso, lutava-se por governos e sistemas políticos novos que fossem capazes de resolver problemas como a pobreza, o desemprego, a falta de perspectivas quanto ao futuro da maioria dos jovens e os conflitos religiosos ou étnicos na região. Portanto, não é de surpreender que a Primavera Árabe tenha aberto espaço, inicialmente, para muita esperança e otimismo.

A euforia que, em um primeiro momento, emanava de muitos movimentos de oposição árabes foi compartilhada pelos poderes ocidentais, sobretudo pelos Estados Unidos e por seus aliados europeus, já que durante a década passada esse conjunto de países implementou uma intensa política externa de promoção da democracia e de ampliação da liberdade e dos direitos humanos no mundo árabe. Tal política parecia ter dado frutos. A grande preocupação ocidental com a promoção desses valores no Oriente Médio surgiu, em primeiro lugar, como uma reação aos ataques terroristas em Nova York e em Washington no dia 11 de setembro de 2001. Os cientistas políticos Thomas Carothers e Marina Ottaway explicam essa reação da seguinte forma:

¹ As palavras em língua árabe foram transcritas de acordo com o sistema da *Encyclopaedia of Islam*. Também os nomes próprios foram transcritos de acordo com o mesmo sistema, salvo os casos em que eles já são conhecidos em língua portuguesa por outra variante. Todas as citações dos artigos publicados nos jornais *al-Hayat*, *al-Quds al-Arabi* e *Asharq Alawsat* foram traduzidas da língua árabe para o português pela autora.

The terrorist attacks in New York and Washington on September 11, 2001, threw into question a long standing pillar of Western policy thinking in the region – the belief that political stability offered by friendly Arab authoritarian regimes is a linchpin of Western security interests. In the process of post-September 11 review and reflection, many people in the U.S. and European policy communities reserved their previous outlook and now see the lack of democracy in the Middle East as one of the main causes of the rise of violent, anti-Western Islamic radicalism, and as such, a major security problem. And it follows directly from this conclusion that attempting to promote political reform and democratization in the region should be a policy-priority – one of the key methods for eliminating the roots of terrorism.²

Hoje, passados mais de três anos após o início dos protestos no mundo árabe, quase nada parece ter restado da euforia inicial da parte tanto dos movimentos oposicionistas locais, quanto do pensamento político ocidental. Muitos países árabes encontram-se atualmente dominados por conflitos sangrentos que resultaram da chamada “Primavera Árabe”. Na maioria dos casos, democracia, liberdade e direitos humanos parecem ser valores que passaram a ser ainda mais difíceis de alcançar.³ E talvez o medo, sobre o qual falara o jornalista al-Husayn, tenha se tornado muito mais presente na vida cotidiana desses países do que o desejo de atingir a democracia, a liberdade e os direitos humanos.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os discursos veiculados na mídia árabe antes dos eventos de 2010 e, a partir dos resultados da análise, apresentar possibilidades de interpretação dos desdobramentos políticos contemporâneos da Primavera Árabe relacionados aos conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos. Serão analisadas representações desses conceitos que circularam na imprensa árabe após os eventos de 11 de setembro de 2001 até o período final do mandato do presidente estadunidense George W. Bush. Esse período é decisivo, já que se trata do momento histórico durante o qual se defendia a ideia de que o primeiro passo para derrotar o “islamo-fascismo” seria promover o estabelecimento da democracia e dos direitos humanos nos mundos árabe e muçulmano. Tal ideia passou a ser uma bandeira fundamental da nova doutrina de segurança nacional do governo Bush⁴ e, desse modo, passou a ser igualmente fundamental para o desenho da política externa dos governos ocidentais em geral que, alinhados à política externa estadunidense, também procuraram incentivar (e financiar) as políticas no mundo árabe que mais facilmente se adequavam aos conceitos ocidentais de democracia, liberdade e direitos humanos. Nesse contexto, discussões controversas sobre esses três conceitos fundamentais para a política externa do mundo ocidental começaram a ganhar um peso maior no pensamento político árabe e islâmico. Quais são as diferentes posições que podem ser identificadas nessa discussão? Quais são as diferentes concepções dos conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos expressas na mídia, e que experiências concretas foram feitas tendo em vista esses conceitos? A que concepções de espaço do mundo árabe eles se encontram associados? E como toda a variedade de concepções pode ser interpretada no contexto da cobertura da mídia sobre os eventos da Primavera Árabe? Eis as perguntas centrais deste trabalho.

Partindo das teorias do discurso de Michel Foucault⁵, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe⁶ e do conceito de “geografias imaginativas” de Edward Said⁷, será feita uma análise dos discursos articulados na mídia árabe. Tendo em vista uma abordagem geográfica, este trabalho pretende con-

² Carothers e Ottaway, 2005, p. 3; veja também Little, 2008; Delacoura, 2005.

³ Uma exceção é Tunísia, que conseguiu aprovar uma nova constituição no começo de 2014.

⁴ Little, 2008, 320.

⁵ Foucault, 2005; Foucault, 2003.

⁶ Laclau e Mouffe, 1985.

⁷ Said, 2008.

tribuir, por um lado, com as discussões interdisciplinares dos *estudos pós-coloniais (Postcolonial Studies)* sobre a questão da universalidade de valores como democracia, liberdade e direitos humanos.⁸ Por outro lado, pretende-se ainda estimular novos debates que procurem esclarecer os motivos em função dos quais a Primavera Árabe aparentemente se transformou em um longo inverno no qual os conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos foram cobertos pela névoa.

Os conceitos teóricos: discurso, significantes vazios e geografias imaginativas

De acordo com as teorias do discurso de Michel Foucault, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, democracia, liberdade e direitos humanos podem ser compreendidos como significantes vazios (*empty signifiers*) que têm por função representar ordens sociais.⁹ Ou seja, os significantes democracia, liberdade e direitos humanos representam uma ordem social democrática e livre na qual os direitos humanos fazem parte de sua base jurídica. Tais significantes vazios caracterizam-se não pelo fato de que sejam destituídos de qualquer sentido, mas por serem esvaziados de sentidos *específicos*, podendo assim ser usados para uma ampla variedade de definições e conceitos diferentes e, às vezes, contraditórios entre si. Dessa forma, os significantes vazios por um lado conectam elementos políticos distintos e, por outro, constituem um outro de si, isto é, constituem um exterior antagônico de elementos políticos e ordens sociais que não podem ser representados por eles mesmos. No caso dos conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos, o outro poderia ser “ditadura” ou “totalitarismo”.

Como significantes que representam uma ordem social juridicamente fundamentada, os conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos possuem um referente espacial, ou seja, dizem respeito a um determinado território no qual tais valores encontram fundamento jurídico, ou não. No contexto da teoria do discurso, essa dimensão espacial pode ser conceitualizada a partir da ideia de “geografia imaginativa”, desenvolvida por Edward Said na obra *Orientalismo*.¹⁰ Geografias imaginativas podem ser entendidas como construções espaciais discursivas e poderosas que produzem uma geopolítica de “si” e do “outro”, na qual significantes vazios como democracia, liberdade e direitos humanos desempenham um papel chave. Nos discursos políticos ocidentais hegemônicos, por exemplo, é “o Ocidente” (o “si”) que é representado como democrático, livre e respeitador dos direitos humanos, enquanto os mundos árabe e islâmico (o “outro”) são identificados com o totalitarismo, as censuras, as violações dos direitos humanos. No contexto da doutrina de segurança nacional do governo de George W. Bush, os mundos árabe e islâmico viram-se associados ao terrorismo que ameaça o mundo ocidental. O poder das geografias imaginativas se manifesta *inter alia* na possibilidade de legitimar determinadas posturas, práticas e medidas políticas. Nesse sentido, Said mostrou como o Oriente foi produzido discursivamente pelas sociedades europeias como um espaço atrasado e incompetente para gerir o seu próprio desenvolvimento. Trata-se de uma geografia imaginativa que, por fim, acabou por legitimar o colonialismo europeu que prometia levar o desenvolvimento, a modernidade e a competência técnico-burocrática europeias para o Oriente.¹¹ Aqui se assume, portanto, que as geografias imaginativas do mundo árabe – nas quais democracia, liberdade e direitos humanos funcionam como significantes chave

⁸ A teoria pós-colonial se posiciona de forma contrária à reivindicação da universalidade de valores como democracia, liberdade e direitos humanos. Procura-se consequentemente destacar perspectivas alternativas do Sul Global. Veja, por exemplo, Chatterjee, 2011; Mutua, 2002; Brems, 2001.

⁹ Foucault, 2005; Foucault, 2003; Laclau e Mouffe, 2006.

¹⁰ Said 2008, p. 85-114.

¹¹ Said, 2008; veja também Gregory 1995 e Gregory 2004.

que encontram disseminação na mídia árabe – também podem orientar ações políticas específicas.

As instâncias centrais de divulgação e de fortalecimento de geografias imaginativas em discursos públicos são as mídias de massa. De acordo com o sociólogo alemão Niklas Luhmann, “[tudo] o que sabemos sobre a nossa sociedade, tudo o que sabemos sobre o mundo em que vivemos, sabemos por meio das mídias de massa”.¹² Levando-se em consideração as ideias de Said, as linhas teóricas que se voltam especialmente para os discursos veiculados nas mídias de massa passam a deixar claro que as “geografias imaginativas” têm uma função específica nesse contexto, qual seja: apresentar uma perspectiva geográfica a partir da qual é possível explicar e interpretar notícias veiculadas na grande mídia e, assim, fornecer orientações sobretudo de caráter geopolítico para o público. Essa função específica das “geografias imaginativas” exige que elas sejam construções simples, rapidamente compreensíveis pelo público-alvo da grande mídia. Consequentemente, as geografias imaginativas produzem e reproduzem estereótipos de “si” e do “outro”, de aliados e inimigos geopolíticos. Desta maneira são construídas as imagens que representam, para nós, a suposta realidade do “outro”. As geografias imaginativas veiculadas nos discursos da mídia de massa representam, assim, objetos de grande relevância para a pesquisa geográfica.¹³

O corpus e o método: uma análise do discurso das mídias impressas transregionais árabes *al-Hayat*, *al-Quds al-Arabi* e *Asharq Alawsat*

Para analisar os diferentes conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos e as geografias imaginativas com as quais eles se encontram conectados nas mídias árabes, definiu-se como o *corpus* da pesquisa os três principais jornais da imprensa transregional árabe, a saber, os veículos *al-Hayat*, *al-Quds al-Arabi* e *Asharq Alawsat*. A escolha se justifica pelo fato de que todos esses três veículos de comunicação apresentam uma ampla variedade de opiniões e direções políticas distintas (islamista, secular, esquerda, direita, liberal, etc.) e, como mídias transregionais que têm pelo menos um escritório localizado fora dos países árabes, não recebem censura direta por parte de um governo árabe específico. É evidente que os jornais analisados representam apenas uma parcela da mídia do mundo árabe. No entanto, devido ao seu alto padrão de qualidade, a boa reputação de que gozam e o amplo espectro de opinião que representam, são periódicos que exercem forte influência em todo o sistema da mídia árabe. Os temas e as abordagens que neles são veiculados passam a ser difundidos em outros meios de comunicação, de forma a atingir os mais variados setores da sociedade.¹⁴ Como, dentre eles, o jornal *al-Hayat* pode ser considerado como o mais aberto, ao abrir mais espaço para a discussão sociopolítica, o foco principal deste trabalho incide sobre tal jornal.

A análise se concentra principalmente sobre as rubricas de opinião dos três jornais, uma vez que é sobretudo nos textos publicados sob essa rubrica que os conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos são discutidos, bem como os eventos chave relacionados à vida política do mundo árabe são contextualizados e interpretados de forma mais detalhada. E é justamente esse o motivo pelo qual as geografias imaginativas aparecem nesses textos de forma muito mais clara do que nas reportagens publicadas. Foram examinados no jornal *al-Hayat* as rubricas *ra' y* (opinião),

¹² Luhmann, 2004, p. 9.

¹³ Sobre o conceito de geografia imaginativa no contexto das mídias de massa veja Hussein de Araújo, 2011, p. 76-87.

¹⁴ Rogler, 2004; Ghareeb, 2000; Altermann, 1998.

afkār (ideias), *tiyārāt* (fluxos), e nos jornais *Asharq Alawsat* e *al-Quds al-Arabi* a rubrica *ra'y* (opinião). O período da análise se estende entre os anos de 2001 e 2009, de modo a cobrir o período que corresponde ao mandato do governo estadunidense de Georg W. Bush. Como explicado anteriormente, esse período é decisivo, uma vez que foi o momento em que se procurava incentivar a introdução e/ou o estabelecimento de estruturas democráticas nos países árabes por meio de projetos e medidas internacionais – sobretudo apoiados pelos EUA –, bem como por meio de projetos regionais e locais, igualmente incentivados por forças políticas internacionais.

Para fornecer uma visão geral sobre as diferentes conotações e sentidos dos significantes democracia, liberdade e direitos humanos, procedeu-se inicialmente à leitura dos títulos de todos os textos publicados nas rubricas mencionadas durante o período escolhido, considerando-se para a análise apenas os títulos em que pelo menos um dos três significantes mencionados aparece. Tomando por base o resultado dessa primeira etapa da pesquisa, uma série de artigos e charges foi selecionada observando o princípio do máximo contraste,¹⁵ de forma a assegurar que todo o espectro de diferentes sentidos e geografias imaginativas com os quais os significantes democracia, liberdade e direitos humanos se encontram associados pudesse ser investigado em uma segunda etapa da pesquisa, qual seja: a análise qualitativa dos textos e das charges.¹⁶

Democracia, liberdade e direitos humanos: valores universais ou instrumentos geopolíticos de controle e poder?

No *corpus* analisado, os significantes democracia, liberdade e direitos humanos aparecem associados a muitos significados diferentes e contraditórios, que por sua vez passam a ser parte integrante das diferentes geografias imaginativas do mundo árabe. Nas próximas seções serão apresentadas as associações que são reproduzidas com mais frequência tanto nas charges, quanto nos textos analisados, mesmo sabendo que estas não são as únicas associações possíveis conectadas com os significantes democracia, liberdade e direitos humanos, e, portanto, também não podem falar em nome de todo o material estudado.

Valores universais e seculares que deveriam ser respeitados nos países árabes

Os significantes democracia, liberdade e direitos humanos aparecem frequentemente no *corpus* analisado como valores humanistas e universais desejáveis, de forma semelhante ao modo como esses mesmos valores são apresentados nos discursos políticos e seculares ocidentais. De acordo com essa acepção, esses valores deveriam ser promovidos nas sociedades árabes como um todo e, mais especificamente, também em seus sistemas políticos estatais. Nesse contexto, as geografias imaginativas sobre o mundo árabe descrevem-no como um único bloco territorial marcado pela ausência de democracia, liberdade e respeito aos direitos humanos, tais como definidos na Decla-

¹⁵ Keller, 2004, p. 88.

¹⁶ Os artigos analisados encontram-se aqui citados de acordo com o seguinte padrão: nome do autor, jornal em que o texto (ou a imagem) foi publicado(a), data de publicação e número da página. Ao observar esse padrão, pretende-se indicar os textos e imagens referenciados com precisão sem que seja necessário traduzir seus títulos. Todas as citações dos jornais analisados foram traduzidas da língua árabe para o português pela autora.

ração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Essa ausência faria parte de uma crise política, econômica e cultural profunda em que os países árabes se encontrariam.¹⁷

A crise é descrita por meio de exemplos de guerras e conflitos na região, bem como por meio de casos de extremismo religioso e de terrorismo. Tal leitura encontra amparo na publicação de dados estatísticos referentes às mortes diárias de civis inocentes no Oriente Médio. Além disso, os textos criticam frequentemente a falta de unidade entre a população dos países árabes e também o fato de que “outras” orientações religiosas – ou ideológicas – não seriam respeitadas, caso se tome como parâmetro as orientações religiosas e/ou ideológicas da maioria da população.¹⁸ Os elementos integrantes das geografias imaginativas dos países árabes que são frequentemente mencionados no conjunto de artigos analisados dizem respeito a temas como a corrupção, os regimes totalitários, a distância que se pode perceber entre o regime e o povo, as crises econômicas, o aumento da pobreza e da clivagem entre ricos e pobres e as condições deficitárias na área da educação.¹⁹ Os textos ainda criticam as estruturas de dependência econômica dos países árabes com relação a outros países, especialmente os EUA. Em particular, critica-se ainda o fato de que o mundo árabe serve constantemente de palco para intervenções estrangeiras. Fala-se de “um estado de grande insatisfação geral e generalizada ausência de bem-estar social na vida da maioria das pessoas”.²⁰ “Se não passarmos a incentivar o desenvolvimento dos nossos países árabes, continuaremos a viver na escuridão. Relâmpagos e trovões continuarão a aparecer no horizonte, mas [o tempo fértil] da chuva não chegará”.²¹

Sistemas sociais, conceitos e ideias que são identificados como “valores ocidentais” passam a ser vistos, em parte, como um caminho para sair da crise. Pergunta-se, por exemplo:

O que é necessário fazer para operarmos a transição da cultura do consenso para a cultura do pluralismo e do direito à diferença? Da cultura da selva para a lei dos direitos humanos? Das relações fixas de parentesco, que não permitem o desenvolvimento do indivíduo, para as relações contratuais de uma sociedade civil? Da família para o Estado que reconhece o indivíduo, sua liberdade e seu direito de autodeterminação?²²

Nesse contexto, a “democracia” é vista como “uma necessidade indispensável”,²³ algo que exige “a participação popular na tomada de decisões políticas e [...] o respeito dessas decisões”.²⁴

Nos artigos estudados, uma determinada imagem do Ocidente se contrapõe às geografias imaginativas do mundo árabe e dos Estados árabes marcadas pela ausência de democracia, liberdade e direitos humanos. Trata-se aqui de uma imagem do mundo ocidental produzida pelas próprias sociedades nas quais tais valores se encontrariam em pleno vigor. Segundo um dos artigos, “[a democracia], o Estado de direito e o valor do ser humano são a chave do bem-estar e do progres-

¹⁷ Ash-Shāmī, al-Hayat, 03.07.2005, p. 10; al-Haydarī, al-Hayat, 25.08.2004, p. 8; al-Hāmid, al-Hayat, 11.10.2002, p. 15; al-Akhḍar, al-Hayat, 16.09.2001, p. 19; al-Hārītī, Asharq Alawsat, 14.11.2001, p. 15; Ra’y al-Quds, al-Quds al-Arabi, 05.01.2005, p. 19.

¹⁸ Veja, por exemplo, Ash-Shāmī, al-Hayat, 03.07.2005, p. 10.

¹⁹ Veja, por exemplo, Ash-Shāmī, al-Hayat, 03.07.2005, p. 10; ar-Rubay’ū, al-Hayat, 03.07.2005, p. 10.

²⁰ Ash-Shāmī, al-Hayat, 03.07.2005, p. 10.

²¹ Ash-Shāmī, al-Hayat, 03.07.2005, p. 10.

²² Al-Akhḍar, al-Hayat, 16.09.2001, p. 19.

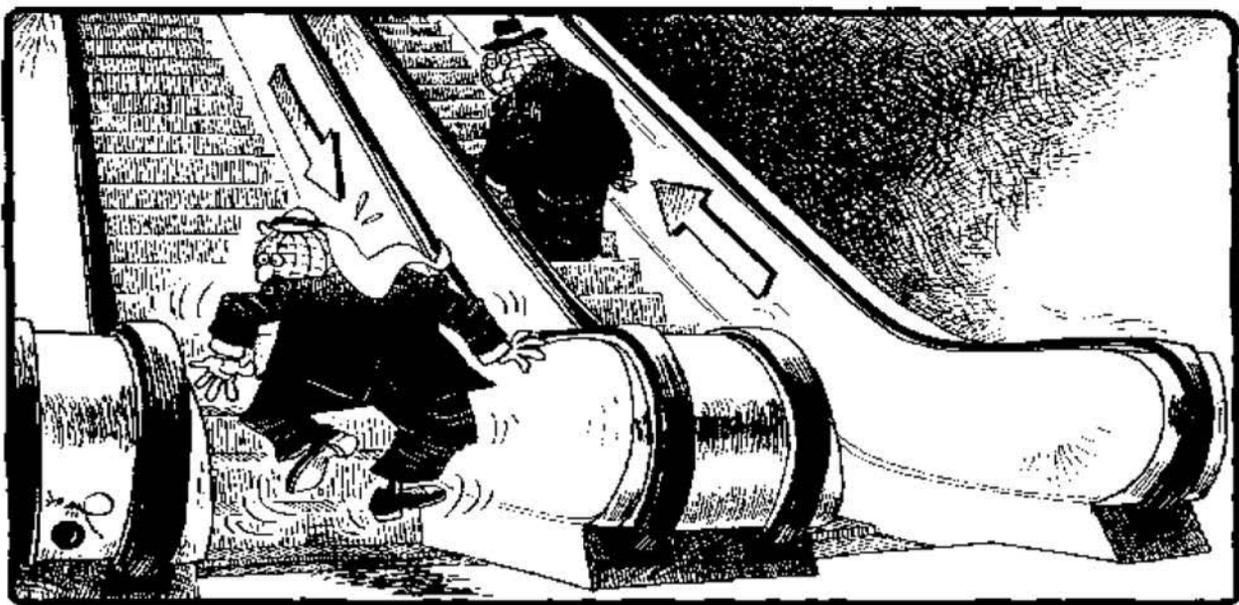
²³ Al-Akhḍar, al-Hayat, 16.09.2001, p. 19; al-Husayn, al-Hayat, 06.02.2003, p. 15.

²⁴ Al-Husayn, al-Hayat, 06.02.2003, p. 15.

so do Ocidente. Mas, no nosso mundo árabe, [...] as listas anuais de violações [...] aos direitos humanos são longas”.²⁵ O que essas construções dicotômicas revelam é a função de *modelo* que se atribui ao Ocidente; função esta que faz parte do “pensamento árabe” desde o início do confronto dos povos árabes com a modernidade europeia no século 18.²⁶ O Ocidente moderno, civilizado, racional e progressista mostra o caminho que o mundo árabe – um mundo estagnado, irracional e que encontra grandes dificuldades com a modernização – deveria seguir.²⁷

A construção binária entre o Ocidente e mundo árabe se encontra onipresente nos discursos árabes até os dias de hoje, segundo alguns estudiosos do pensamento intelectual como, por exemplo, Issa Boullata, Ibrahim Abu Rabi’ e Suzanne Kassab.²⁸ Dessa forma, construções binárias entre o Ocidente e o mundo árabe se manifestam igualmente nos jornais analisados, como se nota na charge abaixo (fig. 1): O mundo ocidental toma a escada rolante de modo racionalmente correto e se aproveita, aparentemente, dos progressos da modernidade. O mundo árabe – identificado na imagem pelo uso da *kuffia* (lenço na cabeça) –, no entanto, luta em vão ao tentar subir a escada que o leva para baixo.

Figura 1.
O mundo ocidental, o mundo árabe e a modernidade



Fonte: *al-Hayat*, 19.04.2005, p. 9; chargista: Habib Haddad

Valores islâmicos que deveriam ser respeitados no território islâmico

Em vários outros textos, os significantes democracia, liberdade e direitos humanos são igualmente articulados como valores desejáveis, e também como valores cuja ausência nos países árabes

²⁵ Ash-Shāmī, *al-Hayat*, 03.07.2005, p. 10.

²⁶ Schölch, 2001, p. 387ff.; Hourani, 1992, p. 325ff.; Hourani 1967, p. 34ff.

²⁷ A descrição do Oriente como um mundo estagnado, irracional e que encontra grandes dificuldades com a modernização não remonta apenas à crítica que Edward Said faz ao Ocidente na sua obra *Orientalismo*. Essa descrição é muitas vezes reproduzida pelos próprios pensadores árabes que vêem no Ocidente um modelo a ser seguido. Segundo Chakrabarty, essa mesma situação se encontra presente em diversos outros contextos pós-coloniais (Chakrabarty 2008).

²⁸ Kassab, 2009; Abu-Rabi’, 2004; Boullata, 1990; Hourani, 1967.

explicaria a situação local de crise. Entretanto esses conceitos surgem, em uma parte do *corpus* analisado, em versões declaradamente islâmicas. Nesses casos, democracia, liberdade e direitos humanos não são considerados apenas como valores compatíveis com a religião islâmica. Mais do que isso: alguns textos defendem a tese segundo a qual democracia, liberdade e direitos humanos são valores profunda e originalmente islâmicos; ou seja, trata-se aqui de valores que representam parte da essência da religião islâmica:

O Islã é religião e fé e, assim, nele se inclui uma série de princípios por meio dos quais se exige [o respeito aos] valores humanos, como por exemplo, [o respeito à] justiça, [à] igualdade, [à] tolerância e a rejeição ao fanatismo. O Islã enfatiza a unidade da humanidade [...]. [O] conteúdo fundamental do Islã encontra representação nos conceitos de liberdade, democracia e direitos humanos (como valores humanos) [...] – apesar do fato de que esses conceitos parecem se tratar de conceitos [puramente] modernos [...]. Isso precisa ser destacado e acentuado com firmeza.²⁹

Em outra parcela dos textos encontram-se referências diretas a pensadores islâmicos que afirmam que “o Islã [...] representa o fundamento dos direitos humanos”.³⁰ Ao mesmo tempo, a maioria dos textos não fornece definições suficientemente abrangentes e claras dos termos democracia, liberdade e direitos humanos como conceitos islâmicos. Muito pelo contrário. Apesar de representar uma ampla variedade, tais definições permanecem relativamente vagas no texto dos artigos publicados na mídia impressa transregional árabe. Por isso, não se encontram, por exemplo, elaborações mais precisas sobre as condições e o estatuto da população não muçulmana em uma “democracia islâmica”.

Quanto aos direitos humanos – dentre eles, o direito à liberdade de expressão e de autodeterminação –, os textos fazem referências esporádicas à “Declaração dos Direitos Humanos no Islã”, também conhecida como a “Declaração do Cairo”, texto aprovado pela Organização da Conferência Islâmica³¹ em 1990 na capital do Egito.³² Ao se comparar os textos da Declaração do Cairo e da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela ONU (DUDH), é possível apontar tanto pontos em comum, quanto diferenças. A principal diferença entre os dois textos é que a Declaração do Cairo reconhece apenas os direitos que são compatíveis com a lei islâmica (a *sharī‘a*), como expresso nos artigos 24º

“All the rights and freedoms stipulated in this Declaration are subject to the Islamic Shari'ah”) e 25º (“The Islamic Shari'ah is the only source of reference for the explanation or clarification of any of the articles of this Declaration”).

²⁹ Al-Ḥāfiẓ, al-Hayat, 25.01.2003, p. 18.

³⁰ Ar-Rubay‘ū, al-Hayat, 03.07.2005, p. 10; veja também al-Kilānī, al-Hayat, 28.02.2006, p. 10; al-Ḥāfiẓ, al-Hayat, 25.01.2003, p. 18; p. 10; adh-Dhāyidī, Asharq Alawsat, 11.02.2007, p. 15; ad-Dīnī, Asharq Alawsat, 04.07.2007; p. 15.

³¹ A Organização da Conferência Islâmica (OCI) é uma organização internacional da qual fazem parte 56 países que têm o Islã seja como religião oficial, seja como confissão da maioria de sua população. Um dos principais objetivos da OCI é a fortalecer a representação institucional do mundo islâmico. Veja o *website* da OCI: <http://www.oic-oci.org>.

³² Raramente os textos também fazem referência à Carta Árabe dos Direitos Humanos (*Arab Charta on Human Rights, ACHR*). Trata-se de uma declaração reconhecida pelos Estados-membro da Liga Árabe que foi ratificada em 2008. Seu texto é considerado mais “próximo” ao texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos do que a Declaração dos Direitos Humanos no Islã.

Consequentemente, o texto da Declaração do Cairo não reconhece o princípio da irrefutabilidade da liberdade religiosa adotado na DUDH (expresso, por exemplo, no artigo 5º) e restringe, por exemplo, a liberdade de expressão (cf. artigo 22º, parágrafos (a):

“Everyone shall have the right to express his opinion freely in such manner as would not be contrary to the principles of the Shari’ah” e (c): “Information is a vital necessity to society. It may not be exploited or misused in such a way as may violate sanctities and the dignity of Prophets, undermine moral and ethical values or disintegrate, corrupt or harm society or weaken its faith”).

Sobretudo pensadores seculares ou não muçulmanos – dentre eles árabes e não árabes – consideram os conceitos islâmicos de democracia e direitos humanos problemáticos, pois neles a *sharī‘a* se sobrepõe a outros sistemas jurídicos e não garante igualdade entre aqueles que seguem a fé islâmica e os seguidores de outras religiões.³³ Por outro lado, pensadores muçulmanos veem nos conceitos islâmicos de democracia e direitos humanos valores autênticos e, por isso, muito mais adequados ao “mundo islâmico” ou ao “território islâmico” (*dār al-islām*) do que os conceitos seculares ou ocidentais. Na maioria dos textos, as geografias imaginativas do mundo islâmico não são localizadas espacialmente com precisão. Neles ainda não se aponta de forma clara onde exatamente se localiza o *dār al-islām*. De forma implícita, os textos se referem aos países em que a maioria da população segue a confissão islâmica. Dessa forma, o mundo islâmico se estende imaginativamente para além das fronteiras territoriais dos países árabes. De acordo com essa leitura, democracia, liberdade e direitos humanos – vistos como conceitos de origem secular e ocidental – são considerados como conceitos estranhos e inadequados ao mundo árabe, ou até mesmo como meros instrumentos do imperialismo cultural ocidental, uma vez que tais valores são impostos a outros povos em nome de um princípio de validade jurídica supostamente universal. Portanto, os projetos internacionais que têm em vista a promoção da democracia, da liberdade e dos direitos humanos em suas versões secular e ocidental são rejeitados por uma parte considerável dos textos analisados:

Esses [projetos internacionais] funcionam como uma porta por meio da qual o colonialismo contemporâneo entra [no mundo islâmico]. [...] Os caminhos e os conceitos ocidentais de democracia, de estado de direito, de individualismo e de liberdade, bem como outros aspectos a eles relacionados, estão sendo impostos à região [do Oriente Médio], sem que sejam levados em consideração as estruturas culturais e religiosas e os valores da população local.³⁴

Nesse contexto, as geografias imaginativas do mundo islâmico surgem como algo culturalmente diferente da imagem do Ocidente. Desse modo, o Ocidente não pode cumprir a função de modelo, assim como também não pode impor ao mundo islâmico a ideia de democracia, liberdade e direitos humanos como valores seculares. Esse discurso, bem como a construção do Ocidente como um modelo (veja o item anterior), não é novo. Ele observa um esquema argumentativo muito semelhante àquele presente no discurso pan-islâmico; discurso este que surge à época do início do colonialismo europeu no mundo árabe e foi retomado com frequência durante todo o século 20, o mesmo se verificando nos dias de hoje. Esse discurso ganha mais ou menos espaço a depender do papel que o Ocidente ocupa na conformação de constelações geopolíticas relacionadas ao mundo árabe, seja no plano regional, ou no plano internacional.

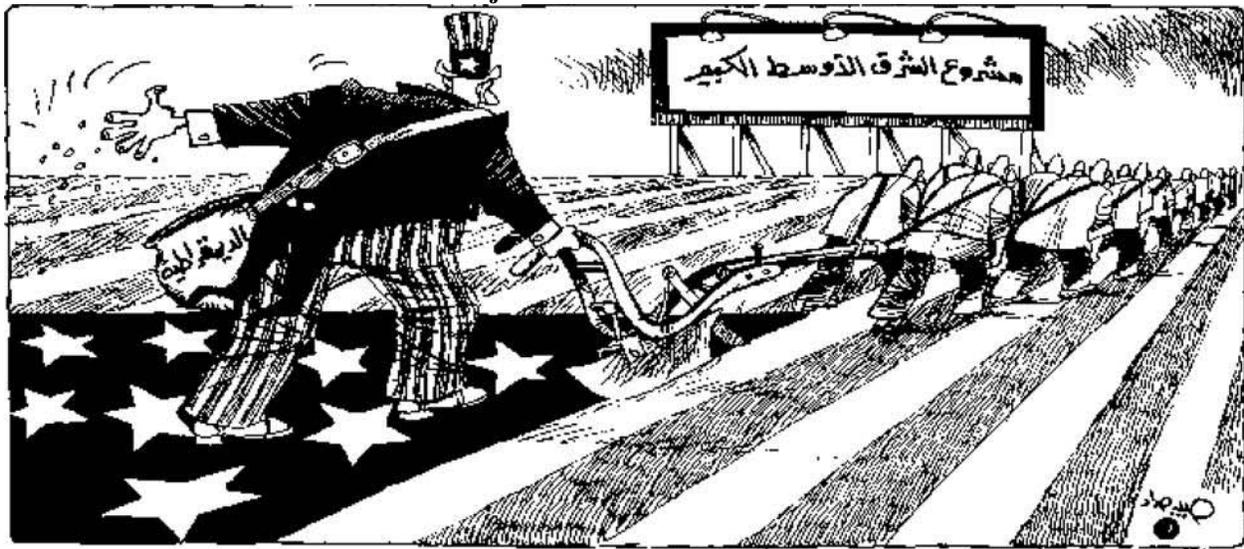
³³ Ash-Shahhāl, al-Hayat, 26.02.2006, p. 18; al-Amīn, al-Hayat, 11.07.2004, p. 18; al-Mardīnī, al-Hayat, 01.10.2001, p. 10.

³⁴ Zayd, al-Hayat, 29.02.2004, p. 10; veja também Huwaydī, Asharq Alawsat, 12.03.2008, p. 15.

Instrumentos geopolíticos dos Estados Unidos e a política das alianças

Tio Sam atrela o povo árabe ao seu arado para cultivar a terra e nela espalha as sementes da “democracia”, como se encontra indicado na bolsa que ele carrega. Desse modo, procura-se transformar a região em solo estadunidense. Ao fundo do campo cultivado, um *outdoor* gigante informa tratar-se do “Projeto do Grande Oriente Médio” (figura 2).

Figura 2.
“O Projeto do Grande Oriente Médio”



Fonte: *al-Hayat*, 25.02.2004, p. 9; chargista: Habib Haddad

O Projeto do Grande Oriente Médio foi uma iniciativa lançada pelo governo estadunidense de George W. Bush durante o encontro do G8 em Sea Island (Geórgia, Estados Unidos) no ano de 2004. Tinha como objetivo promover a reestruturação política e a democratização da região do Oriente Médio.³⁵ Tendo em vista as várias versões precursoras desse tipo de iniciativa no contexto da política internacional, o Projeto do Grande Oriente Médio representa o consenso final entre os Estados do G8 com relação à forma e ao conteúdo da ação aliada.

No entanto, tal iniciativa é percebida com frequência, sobretudo nos países árabes, como um programa unilateral dos EUA. Na mídia árabe analisada, o projeto foi recebido de forma predominantemente crítica, na medida em que foi considerado como “uma expressão das ambições imperialistas dos Estados Unidos”.³⁶ Para legitimar o imperialismo, a nação do Tio Sam precisaria de uma “embalagem ideológica”. E “parece que os Estados Unidos têm encontrado essa embalagem [ao defender] a promoção da democracia”.³⁷ Na mídia árabe, lê-se ainda o seguinte comentário:

³⁵ O termo “Grande Oriente Médio” (*Greater Middle East*) foi desenvolvido durante o governo estadunidense de George W. Bush. Ele se refere, geograficamente, aos países árabes somados aos territórios do Irã, da Turquia, do Afeganistão e do Paquistão. Às vezes, o termo o “Grande Oriente Médio” pode ainda se referir a alguns países da Ásia Central (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão).

³⁶ Bashīr, *al-Hayat*, 12.02.2004, p. 18; Bū-l-’Isha, *Asharq Alawsat*, 02.01.2005, p. 15; ash-Shihābī, *al-Quds al-Arabi*, 03.03.2004, p. 19.

³⁷ Bashīr, *al-Hayat*, 12.02.2004, p. 18.

O “Projeto do Grande Oriente Médio” [nada mais] é [do que] uma reminiscência da atitude do Ocidente colonial com relação ao mundo não Ocidental [...], bem como [uma reminiscência] das reivindicações coloniais que foram levantadas em nome do humanismo e da falsa moralidade. [Esses dois conceitos] se encontravam escondidos por trás da ordem colonial com o objetivo de justificá-la, inclusive [para justificar o uso da] violência. Seu objetivo real era [consolidar] o domínio e a hegemonia [do Ocidente] sobre os povos colonizados. Achávamos que isso era coisa do passado. [...] Mas os eventos atualmente em curso no mundo revelam a persistência de tendências colonizadoras enraizadas no Ocidente.³⁸

Em uma grande parte dos artigos analisados, o Projeto do Grande Oriente Médio é visto como um sinônimo eloquente do conjunto dos esforços diplomáticos dos Estados Unidos e de seus países aliados para promover a democracia, a liberdade e os direitos humanos no mundo árabe. A rejeição crítica desses esforços diplomáticos pode ser explicada não apenas por meio de referências históricas ao colonialismo e à política intervencionista dos EUA, mas sobretudo por conta dos desdobramentos políticos diretamente relacionados ao momento histórico vivido à época em que as charges e os artigos analisados foram publicados.

Logo após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos, apoiados por várias outras nações, deram início à guerra contra o terrorismo. Trata-se de uma forte ação militar justificada ideologicamente em nome da promoção irrestrita da liberdade e expansão da democracia. Nesse contexto, deve-se considerar as guerras no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003), cujos resultados diretos se viram expressos na imprensa árabe tanto em termos numéricos – a morte de numerosos civis –, quanto em termos mais diretamente políticos – a ocupação militar de ambos os países. “Foram cometidos crimes [...] em nome da democracia e da liberdade estadunidenses [...]”.³⁹ Ou ainda: “A democracia é uma arma americana!”, de acordo com o texto de outro artigo.⁴⁰

Assim como a promoção da democracia por meios não democráticos (por exemplo, por meio da guerra) é interpretada na imprensa árabe como uma contradição, o mesmo também ocorre, em parte dos textos analisados, com relação à política internacional de incentivo à ampliação dos direitos humanos no mundo árabe. Nesse caso, a contradição se tornou tão mais evidente quando vieram à tona as sessões de tortura conduzidas por soldados estadunidenses e britânicos contra prisioneiros de guerra em Abu Ghraib e Guantânamo, as quais passaram a ser amplamente divulgadas na mídia. A situação cínica é ilustrada na charge abaixo (figura 3). Na imagem, o soldado se vale de um chicote para apontar, no quadro negro, os valores “liberdade”, “democracia” e “direitos humanos”. Eis o tema da aula que o “professor” apresenta para o “aluno” – um homem preso às correntes e vítima recente de sessões de tortura.

Não seria contraditório fazer guerras e valer-se de tortura para promover a ampliação da democracia e dos direitos humanos? Tendo em vista contradições como esta, grande parte dos artigos analisados aponta para o fato de que os verdadeiros motivos da política estadunidense seriam motivos de cunho fortemente imperialista. Dentre eles, destacam-se sobretudo o estabelecimento estratégico do seu poderio militar no Oriente Médio e na Ásia central, bem como a tentativa de garantir o controle de recursos naturais explorados na região, como é o caso do petróleo. Em uma

³⁸ Zayd, al-Hayat, 29.2002.04, p. 10.

³⁹ Shafiq, al-Hayat, 20.6.2004, p. 19.

⁴⁰ Ni‘māt, al-Hayat, 17.04.2005, p. 9.

parcela dos artigos analisados, os Estados Unidos são ainda acusados de promover o imperialismo cultural. Consequentemente, democracia, liberdade e direitos humanos são interpretados como meros instrumentos da política imperialista estadunidense. O que assim se desenha, em muitos textos, é um paralelo entre a situação contemporânea e a época de expansão do colonialismo europeu. Com o pretexto de difundir valores humanísticos e, assim, promover a civilização, instaura-se, no Oriente Médio, uma nova política colonial, igualmente exploradora e violenta.⁴¹

Figura 3.
“Liberdade, democracia, direitos humanos”



Fonte: *al-Hayat*, 04.05.2004, p. 9; chargista: Habib Haddad

As construções espaciais com as quais os significantes democracia, liberdade e direitos humanos se encontram interligados nesse conjunto de textos apontam para uma semelhança clara entre o presente e as imagens do passado colonizador do Ocidente. A única diferença decisiva parece residir no fato de que antes os discursos anticoloniais árabes identificavam o poder colonialista e imperialista na Europa, e mais especificamente na França e Grã-Bretanha, ao passo que contemporaneamente o identificam nos Estados Unidos. A lógica permanece inalterada: o Oriente Médio é discursivamente construído, tanto no passado quanto no presente, como vítima do imperialismo.

Instrumentos de controle e poder dos regimes árabes autocráticos e dos islamistas

Democracia, liberdade e direitos humanos são significantes que surgem associados, nos artigos analisados, aos instrumentos de controle e poder não apenas dos Estados Unidos e de seus aliados, como também dos regimes árabes autocráticos e de movimentos políticos islamistas. A maior parte dos textos analisados considera que os governos dos países árabes não são legitimados pelo povo e, consequentemente, não se trata de Estados democráticos nem de Estados de Direito, mas sim de Estados autoritários e ditaduras. A suposta estabilidade dos países árabes se explicaria pelo uso sistemático da repressão como forma de silenciar toda crítica ou força considerada ameaçadora ao sistema político vigente:

⁴¹ Shafīq, *al-Hayat*, 20.6.2004, p. 19; Ni'māt, *al-Hayat*, 22.01.2004, p. 9, *al-Hurūb*, *al-Hayat*, 11.08.2003, p. 9; Minā', *al-Hayat*, 17.10.2002, p. 15; Ni'māt, *al-Hayat*, 17.04.2005, p. 9.; Bū-l-'Isha, *Asharq Alawsat*, 02.01.2003, p. 15; ash-Shihābī, *al-Quds al-Arabi*, 03.03.2004, p. 19.

“O Estado rouba o pão de cada dia da boca de pessoas famintas. [...] Ele coloca uma mordança na boca do povo para que a sua voz não seja escutada [...] e desperdiça sua riqueza em nome de interesses vazios. [...] O Estado árabe trata o seu povo da mesma forma como um pastor trata o seu rebanho. No entanto, a diferença é que o pastor conduz o seu rebanho para um campo saudável [e verdejante], enquanto o Estado [árabe] leva seu povo à humilhação e à fome. [...] O Estado [árabe] é mestre em forçar seus cidadãos a curvarem-se de joelhos”.⁴²

Ao mesmo tempo, a maioria dos Estados árabes defenderia oficialmente conceitos como democracia, liberdade e direitos humanos, e ainda seria capaz de “embalar”, de camuflar “as suas [verdadeiras] características” para que eles possam se autodefinir como “um sistema democrático”.⁴³ Ainda de acordo com os artigos analisados, a maioria dos Estados árabes também se valeria desses mesmos conceitos para legitimar suas políticas autocráticas. A supressão das liberdades individuais e os crimes contra os direitos humanos encontrariam justificativa, ainda que em caráter de exceção, sob o pretexto de combater o terrorismo e garantir a segurança nacional. A segurança, por sua vez, seria necessária para “manter” as estruturas democráticas, a liberdade e o respeito aos direitos humanos. No entanto, os Estados árabes seriam, de fato, instituições autoritárias, corruptas e regularmente violadoras dos direitos humanos. Segundo os artigos analisados, o povo escuta com frequência de seus governantes a afirmação desses valores. Mas o que se vivencia, na prática, nada mais é do que a violação regular e sistemática, por parte dos governos locais, da democracia, da liberdade de expressão e dos direitos humanos. Por isso, a maior parte da população do mundo árabe não conseguiria levar a sério tais ideias.⁴⁴

Se, por um lado, uma parcela dos textos publicados na imprensa transregional árabe apoia versões islâmicas dos conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos, por outro lado conceitos religiosos presentes nos sistemas políticos estatais são rejeitados por um conjunto significativo dos artigos (dentre eles, incluem-se também artigos de autores muçulmanos). Nesse contexto, as forças políticas islâmicas nas sociedades árabes são vistas como um perigo, sobretudo para a população não muçulmana, para a parcela menos (ou não) religiosa da população, para os muçulmanos partidários da separação entre Estado e religião, bem como para as mulheres. “A maneira como a religião é percebida pelos islamistas pode servir de base para as piores formas de tirania e de totalitarismo.”⁴⁵ Ao mesmo tempo, de acordo com esse raciocínio, os islamistas defendem a democracia, a liberdade e os direitos humanos como valores islâmicos, e assim recebem forte apoio da população mais pobre, uma vez que eles fornecem assistência direta para a população carente – algo que o Estado não seria capaz de cumprir. Assim, pensadores seculares e liberais passam a temer que os islamistas usem a propagação desses valores e da ideia de eleições democráticas para chegar ao poder. “[Hoje] prevalece a visão muito difundida segundo a qual os islamistas utilizam a ideia de democracia como uma ponte para atingir seus objetivos. Ponte esta que, logo após o [primeiro] uso, é demolida.”⁴⁶ Essa tese se vê confirmada, no material estudado, principalmente nos textos e imagens publicados à época da vitória eleitoral do partido islamista Hamas em 2006 nos territórios palestinos.

⁴² ÍÁmid, al-Hayat, 11.10.2002, p. 15; veja também, por exemplo, ÍurÛb, al-Hayat, 11.08.2003, p. 9; ÝAwd, al-Quds al-Arabi, 10.06.2005, p. 19; al-Afandī, al-Quds al-Arabi, 05.04.2005, p. 19.

⁴³ Al-Ḥusayn, al-Hayat, 06.02.2003, p. 15.

⁴⁴ Al-Ḥusayn, al-Hayat, 06.02.2003, p. 15; ar-Rubay'ū, al-Hayat, 03.07.2005, p. 10.

⁴⁵ Ar-Rubay'ū, al-Hayat, 03.07.2005, p. 10, veja também al-Ḥusayn, al-Hayat, 06.02.2003, p. 15; al-Kilānī, al-Hayat, 28.02.2006, p. 10; ash-Shahhāl, al-Hayat, 26.02.2006, p. 18; Kiyālī, al-Hayat, 23.02.2006, p. 10.

⁴⁶ Ar-Rubay'ū, al-Hayat, 03.07.2005, p. 10.

Na charge acima, vê-se uma urna eleitoral em que está escrito “as eleições democráticas no mundo árabe”. A urna projeta a sombra de um islamista – identificado visualmente pelo uso de trajes islâmicos e longa barba – que faz com os dedos o “V” da vitória (fig. 4). A imagem sintetiza a opinião de muitos autores sobre o processo eleitoral no mundo árabe; algo que parece ter sido confirmado, seis anos depois, no contexto da Primavera Árabe.

Figura 4.
“As eleições democráticas no mundo árabe”



Fonte: *al-Hayat*, 28.01.2006, p. 9; chargista: Habib Haddad

As construções espaciais que se encontram conectadas com os significantes democracia, liberdade e direitos humanos como instrumentos de controle e poder (seja dos regimes árabes autocráticos, seja dos regimes islamistas) são, sobretudo, geografias imaginativas de Estados pós-coloniais. As características de um Estado pós-colonial são principalmente “*the persistence of many of the effects of colonisation, but at the same time their displacement from the coloniser/colonized axis to their internalisation within the decolonised society itself*”.⁴⁷

A maioria dos regimes autocráticos árabes surgiu como resultado imediato do processo de descolonização do Oriente Médio em meados do século 20. Apesar da descolonização formal, a região do Oriente Médio manteve laços de dependência econômica e política com o Ocidente. A hegemonia ocidental e o “colonialismo indireto” atuam, segundo alguns autores, como os pilares principais que garantem a longa estabilidade dos sistemas autocráticos no mundo árabe, de modo a comprovar o que Stuart Hall chama de “*the displacement from the coloniser/colonized axis to their internalisation within the decolonised society*”.⁴⁸ Assim, uma parte dos textos analisados apresenta a tese de que “*todos os Estados [árabes] oprimem o seu povo. Mas, ao final das contas, o próprio Estado árabe é uma vítima da opressão [externa]. Os Estados árabes foram oprimidos e nasceram da opressão; eles vivem sendo oprimidos e, assim, morrem oprimidos.*”⁴⁹

⁴⁷ Hall 1996, 248.

⁴⁸ Hall 1996, 248.

⁴⁹ Hāmid, *al-Hayat*, 11.10.2002, p. 15; veja também Shafiq, 28.10.2001, p. 15; Gharīb, *al-Hayat*, 06.12.2001, p. 10; Barakāt, *al-Hayat*, 25.08.2002, p. 9.

Desde o início do colonialismo europeu no Oriente Médio, os movimentos islamistas podem ser identificados como a principal força política anticolonial. Isso também se verifica no momento histórico posterior ao processo de descolonização da região, quando os movimentos islamistas se insurgem contra os regimes autocráticos, bem como contra a influência do Ocidente no Oriente Médio.⁵⁰ Eles resistiram, mais do que qualquer outro grupo, à opressão implantada pelos regimes ditatoriais e, assim, receberam o apoio de boa parte da população, sobretudo por conta da manutenção efetiva de políticas assistencialistas locais. Em grande parte dos países árabes, no entanto, os movimentos islamistas não conseguiram representar politicamente, em nenhum momento do século 20, a maioria absoluta da população. Esse quadro fica ainda mais evidente nos países onde há uma expressiva parcela de seguidores de outras religiões. De toda forma, os movimentos islamistas simbolizam, nas nações pós-coloniais árabes, uma força de resistência à política colonial. Assim, as construções espaciais reproduzidas nesse contexto podem ser entendidas como geografias imaginativas dos países árabes como Estados pós-coloniais nos quais nem o governo seria legitimado pelo povo, nem os islamistas representariam uma alternativa para a maioria absoluta da população. Tanto os regimes autocráticos, quanto os movimentos islamistas instrumentalizariam os conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos para chegar ao poder, ou para se manter nele.

Conclusão: A mudança “vinda de dentro”?

“O mundo árabe se encontra em uma crise profunda”⁵¹ e a mudança, a saída dessa crise somente poderá acontecer se ela vier “de dentro”.⁵² A crise e a mudança “vinda de dentro” são duas das associações mais frequentes com o significante Oriente Médio veiculadas na mídia impressa transregional árabe. Mas como uma mudança “vinda de dentro” poderia acontecer na região?

A análise dos discursos publicados nos jornais *al-Hayat*, *al-Quds al-Arabi* e *Asharq Alawsat* mostrou que os conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos desempenham um papel central tanto na percepção da crise, quanto na configuração de possibilidades da mudança. O objetivo principal deste trabalho foi identificar e analisar os diferentes sentidos e as visões geográficas do mundo árabe que surgem atrelados a esses conceitos nos discursos da mídia impressa transregional árabe. Partindo da teoria do discurso e do conceito de “geografias imaginativas”, procedeu-se à análise dos discursos publicados nas rubricas de “opinião” dos periódicos *al-Hayat*, *al-Quds al-Arabi* e *Asharq Alawsat* entre os anos de 2001 e 2009. O quadro abaixo sistematiza os principais resultados da pesquisa ao apresentar tanto os sentidos mais recorrentes e significativos associados aos significantes democracia, liberdade e direitos humanos, quanto as concepções espaciais do mundo árabe e as geografias imaginativas de ordem geopolítica às quais eles se encontram igualmente associados.

Os conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos que surgem no *corpus* analisado expressam não apenas sentidos diferentes, mas também ideias incompatíveis. Nos termos de Laclau e Mouffe (1985), os sentidos associados a esses significantes são disputados por diferentes correntes ideológicas em busca de hegemonia. Elas se encontram aqui representadas pelos discursos seculares que entendem os conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos como valores laicos e universais. As diferentes correntes ideológicas ainda são igualmente representadas pelos

⁵⁰ Veja Husseini de Araújo, 2013.

⁵¹ Al-Ĥārītī, *Asharq Alawsat*, 14.11.01, p. 15.

⁵² Al-Ĥārītī, *Asharq Alawsat*, 14.11.01, p. 15.

discursos islâmicos que rejeitam tal leitura secular e defendem, em seu lugar, uma interpretação islâmica desses conceitos baseada na *shari'a* (a lei islâmica). Ao mesmo tempo, a *shari'a* é contrária à liberdade religiosa e restringe a liberdade de expressão nos termos em que essas liberdades são definidas na DUDH, além de não garantir a igualdade jurídica entre muçulmanos e não muçulmanos. Pensadores islâmicos, por outro lado, rejeitam a ideia da universalidade pressuposta na DUDH dos conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos e reconhecem, em conceitos seculares, valores tipicamente ocidentais, não sendo eles, portanto, apropriados ao mundo muçulmano. Além disso, os significantes democracia, liberdade e direitos humanos são vistos como instrumentos dos principais poderes políticos na região que, por um lado, promovem esses valores, ao mesmo tempo em que os desrespeitam. Esses poderes representam, nos discursos analisados, tanto o imperialismo e a violência promovidos pelo Ocidente, sobretudo pelos Estados Unidos e por seus aliados, quanto o autoritarismo dos regimes árabes, ou ainda o fundamentalismo religioso dos movimentos islamistas.

Quadro 1.
Sentidos e concepções espaciais do mundo árabe
associados aos significantes democracia, liberdade e direitos humanos no corpus analisado

Significantes democracia, liberdade e direitos humanos e os sentidos a eles associados	Concepções espaciais	Construções de ordem geopolítica	Raízes históricas das geografias imaginativas
Valores universais, seculares e desejáveis: solução para a crise no mundo árabe	Os países árabes	O Ocidente valoriza a democracia, a liberdade e os direitos humanos, e isso explicaria o seu desenvolvimento e progresso. Nesse sentido, o Ocidente serve de modelo para os países árabes	Difusão da imagem da Europa moderna e o colonialismo europeu no mundo árabe desde o século 18
Valores islâmicos: solução para a crise no mundo árabe	O mundo islâmico, o território islâmico (<i>dār al-islām</i>)	O mundo islâmico deve ser protegido do imperialismo (político, econômico e cultural) do Ocidente	Difusão da imagem da Europa moderna e o colonialismo europeu no mundo árabe desde o século 18
Instrumentos geopolíticos dos Estados Unidos e de seus aliados	O mundo árabe, o Oriente Médio	O Oriente Médio foi – e ainda é – vítima do colonialismo ocidental	O colonialismo europeu no mundo árabe desde o século 18
Instrumentos de controle e poder dos regimes árabes autocráticos e dos movimentos islamistas	Os países árabes	O resultado da descolonização e da dependência pós-colonial do Ocidente são Estados árabes autocráticos que oprimem o seu povo, ao mesmo tempo em que são oprimidos pelo Ocidente	Período de descolonização, em meados do século 20

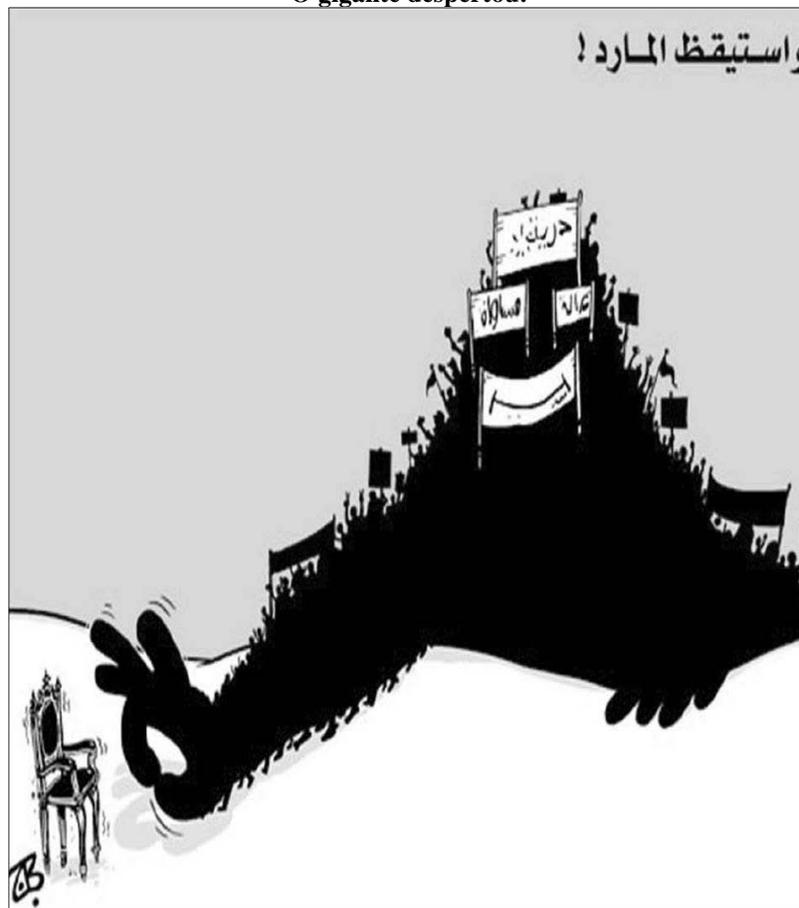
Elaboração da autora.

As referências espaciais associadas aos significantes democracia, liberdade e direito humanos, na forma como eles aparecem no *corpus* analisado, encontram-se fortemente conectadas às geografias imaginativas dicotômicas tanto do mundo árabe e/ou islâmico (“o si”), quanto do Ocidente (“o outro”). Nesse caso, o Ocidente representa um modelo e/ou o poder colonial agressor, enquanto os mundos árabe e islâmico representam uma “condição inferior” e/ou a vítima do poder colonial. Essas geografias imaginativas surgiram juntamente com os primeiros discursos anticoloniais do pensamento árabe e islâmico ao longo do século 18 e continuam sendo (re)produzidas,

ainda que de diferentes modos, até os dias de hoje.⁵³ Dessa forma, as geografias imaginativas carregam necessariamente consigo uma longa genealogia e por isso traduzem um discurso difícil de ser alterado ou eliminado.

Apesar da diferença constatada entre as leituras seculares e as leituras islâmicas dos conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos, raramente o conteúdo e as implicações concretas de tais conceitos divergentes foram discutidos com detalhe no material analisado. Desse modo, portanto, o que concretamente se entende por eles sofre, na maioria dos casos, de forte imprecisão. Essa marca discursiva somada à (re)produção frequente de estereótipos de “si” e do “outro” não deixam de ser um traço característico das geografias imaginativas reproduzidas na mídia de massa, já que elas precisam ser rapidamente compreendidas pelo público. Assim, as geografias imaginativas acabam por transmitir uma imagem geopolítica do mundo árabe na qual não é possível encontrar a saída da suposta crise. A elas também parece ser impossível o estabelecimento da democracia, da liberdade e dos direitos humanos no mundo árabe, uma vez que esses significantes enfeixam variantes incompatíveis que circulam em um contexto social marcado tanto pela falta de confiança nos líderes que defendem esses valores, quanto pela dependência (pós-)colonial do mundo árabe com relação ao Ocidente.

Figura 5.
“O gigante despertou!”



Fonte: *al-Quds al-Arabi*, 28.01.2011, p. 19; chargista: ‘Imād Ḥaġġāġ

⁵³ Kassab, 2009.

Ao final de 2010, no entanto, os relatos e comentários jornalísticos publicados sobre a Primavera Árabe quebraram a lógica desses discursos e geografias imaginativas. A tão esperada mudança vinda “de dentro” parecia, agora, ter batido à porta. Uma charge publicada no jornal *al-Quds al-Arabi* (fig. 5.) simboliza esse passo. “O gigante despertou!”, diz o título. O gigante é a massa, o povo árabe unido que protesta e luta por liberdade, justiça e igualdade, como expresso nas placas que ele carrega. Eis que a força coletiva remove, com facilidade, o trono do autocrata árabe.

A mídia reconhecia nos conceitos de democracia, liberdade e direitos humanos os valores que encabeçavam a longa lista de demandas do povo árabe, de tal forma que leituras diferentes, seculares ou islâmicas, desses conceitos pareciam ser simplesmente irrelevantes em meio ao clamor da população por um mundo árabe mais justo. O povo surgia agora na mídia como uma força política legítima que simboliza o engajamento convincente em torno de valores como democracia, liberdade e direitos humanos. Com isso, o mundo árabe parecia ter se aproximado de uma nova era de autodeterminação, na qual todos se libertariam da dependência do Ocidente.

Figura 6.
“A Primavera Árabe”



Fonte: www.mahjoob.com; chargista: 'Imād Ḥaġġāġ

As imagens que nos primeiros relatos sobre a Primavera Árabe surgiam como uma grande ruptura discursiva, gerando discursos alternativos cheios de esperança, mudaram rapidamente com o avanço dos relatos sobre os conflitos e guerras civis (ou sobre situações políticas muito semelhantes à condição de guerra civil) na Líbia, no Iêmen e na Síria. Logo após a divulgação dos resultados das eleições na Tunísia e no Egito, das quais novos partidos islâmicos saíram vitoriosos, começam a surgir cada vez mais notícias sobre novos protestos, dessa vez contra os governos islâmicos recentemente instalados e contra as mudanças por eles introduzidas. Protestos nos quais

ecoam tanto vozes seculares e não muçulmanas, quanto vozes muçulmanas defensoras do Estado laico, vozes feministas e ainda vozes partidárias dos regimes depostos. Esse novo coro passou a classificar sobretudo o novo governo egípcio como antidemocrático, autoritário, fundamentalista e contrário à liberdade. O presidente Mursi encontrava-se à frente do governo egípcio havia menos de um ano quando a mídia passou a relatar os conflitos sangrentos entre islamistas e opositores. Em julho de 2013, comenta-se na imprensa a derrubada do presidente Mursi pelos militares no Egito. Também as imagens que passaram a circular na mídia sobre boa parte dos outros países árabes não contam histórias mais positivas. E a imagem do Ocidente, que ocupara um papel muito secundário nas primeiras notícias sobre os protestos, é deslocada, mais uma vez, para o primeiro plano da cena. O Ocidente intervém no Oriente quando se trata dos seus interesses, de tal forma que não seria possível promover mudanças no mundo árabe sem a anuência da política externa ocidental.

Nesse contexto, não é de surpreender que termos como “O Outono Árabe” ou “O Inverno Árabe” tenham passado a ocupar espaço nos discursos públicos. O mesmo autor da charge sobre o despertar do gigante (fig. 6) constrói, poucos anos mais tarde, uma imagem muito significativa da bandeira da Primavera Árabe. Ela perde aos poucos a vida, do mesmo modo que as folhas mortas caem das árvores durante o outono. Folhas que outrora pareciam sustentar as ideias de democracia, liberdade e direitos humanos. O que parece ganhar mais uma vez espaço na mídia são os mesmos discursos que já circulavam antes dos acontecimentos da Primavera Árabe e que foram objeto de estudo neste artigo. Agora, parece ter desaparecido do horizonte a possibilidade de defender uma ideia mais homogênea – e sustentada pelo povo – de democracia, liberdade e direitos humanos. Interpretações seculares e islamistas dos conceitos reforçam, mais uma vez, divergências que voltam a ocupar o primeiro plano. Neste, o foco incide novamente sobre a dependência do mundo árabe de forças políticas externas e sobre a falta de confiança nos governos locais como legítimos defensores da democracia, da liberdade e dos direitos humanos.

Assim, este estudo ajuda a reconhecer e entender as persistências discursivas das geografias imaginativas conectadas com os significantes democracia, liberdade e direitos humanos. A imagem que se forma por meio desses discursos de longa genealogia é predominantemente pessimista. Ela transmite a dificuldade de se promover mudanças significativas nas estruturas políticas do mundo árabe. Ao mesmo tempo, este estudo aponta, ao observar os discursos mais recentes publicados na mídia transregional árabe, que estruturas discursivas persistentes se deslocam, ainda que muito lentamente. Um dos deslocamentos mais significativos nesse novo contexto é que “o povo” surge como uma força política de resistência e protesto. Essa força política não aparecia nas geografias imaginativas analisadas às vésperas da Primavera Árabe. Sua representação nasce, portanto, apenas no contexto das manifestações iniciadas em 2010 e passa a fazer parte – apesar da persistência de antigas estruturas discursivas – das geografias imaginativas contemporâneas do mundo árabe. Mudanças como essa abrem espaço para que novos estudos também possam nelas destacar, de forma mais otimista, menos as persistências do que as transformações, uma vez que depois de cada outono segue o inverno. E, depois de cada inverno, a primavera faz brotar nova vida.

Bibliografia

ABU-RABI', I. M. *Contemporary Arab thought: studies in post-1967 Arab intellectual history*. London: Pluto Press, 2004. 485 p.

ALTERMAN, J. B. *New media, new politics? From satellite television to the internet in the Arab world*. Washington, DC: Washington Institute for Near East Policy, 1998. 96 p.

BOULLATA, I. J. *Trends and issues in contemporary Arab thought*. Albany, NY: State University of New York Press, 1990. 219 p.

BREMS, E. *Human rights: universality and diversity*. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 2001. 592 p.

CAROTHERS, T.; OTTAWAY, M. *Uncharted journey: promoting democracy in the Middle East*. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2005. 302 p.

CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. 2nd ed. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008. 301 p.

CHATTERJEE, P. *Lineages of political society: studies in postcolonial democracy*. New York: Columbia University Press, 2011. 296 p.

DELACOURA, K. US democracy promotion in the Arab Middle East since 11 September 2001: a critique. *International Affairs*, v. 81, n. 5, p. 963-979, 2005.

FOUCAULT, M. *Archäologie des Wissens*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2005. 312 p.

FOUCAULT, M. *Die Ordnung des Diskurses*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2003. 96 p.

GHAREEB, E. New media and the information revolution in the Arab world: an assessment. *The Middle East Journal*, v. 54, n. 3, p. 395-418, 2000.

GREGORY, D. *The colonial present*. Oxford: Blackwell, 2004. 367 p.

GREGORY, D. Imaginierte Geographien. *Österreichische Zeitschrift für Geschichte*, v. 6, n. 3, p. 366-425, 1995.

HALL, S. When was the post-colonial? Thinking at the limit. In: CHAMBERS, I.; CURTI, L. *The postcolonial question: common skies, divided horizons*. New York, London: Routledge, 1996, p. 242-259.

HOURANI, A. *Arabic thought in the liberal age 1798-1939*. Oxford: Oxford University Press, 1967. 403 p.

HUSSEINI DE ARAÚJO, S. O “Islã” como força política na “Primavera Árabe”: uma perspectiva da teoria do discurso. *História: Questões & Debates*, v. 58, p. 39-61, jan./jul. 2013.

HUSSEINI DE ARAÚJO, S. *Jenseits vom “Kampf der Kulturen”. Imaginative Geographien von Eigenem und Anderem in arabischen Printmedien*. Bielefeld: transcript, 2011. 328 p.

KASSAB, E. S. *Contemporary Arab thought: cultural critique in comparative perspective*. New York: Columbia University Press, 2009. 496 p.

KELLER, R. *Diskursforschung: eine Einführung für SozialwissenschaftlerInnen*. Opladen: Leske+Budrich, 2004.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonie und radikale Demokratie: zur Dekonstruktion des Marxismus*. Wien: Passagen Verlag, 2006 [1985].

LITTLE, D. *American orientalism: the United States and the Middle East since 1945*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2008. 462 p.

LUHMANN, N. *Die Realität der Massenmedien*. 3. ed. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004 [1995].

MUTUA, M. *Human rights: a political and cultural critique*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2002. 265 p.

ROGLER, L. Die überregionale arabische Presse und ihr Beitrag zum Wertewandel in arabischen Gesellschaften. In: FAATH, S. *Politische und gesellschaftliche Debatten in Nordafrika, Nah- und Mittelost: Inhalte, Träger, Perspektiven*. Hamburg: Deutsches Orient-Institut, 2004. p. 423-447.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. 2. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008. 523 p.